

FORÇA E CONSENTIMENTO: ASPECTOS DA HEGEMONIA AMERICANA¹

Perry ANDERSON²

Enquanto uma nova contagem regressiva para a Guerra começa no Oriente Médio, entre altos níveis de santificação e protesto no mundo atlântico, são os parâmetros implícitos da situação internacional corrente que demandam atenção, não a retórica pulverizada em torno dela, quer a do beligerantismo oficial ou a da oposição ostensiva. Esses parâmetros colocam três questões analíticas principais. Até que ponto a linha da administração republicana em Washington hoje representa uma ruptura com as políticas americanas anteriores? Até o ponto em que ela é uma ruptura, o que explica a descontinuidade? Quais serão as conseqüências prováveis da mudança? Para responder a essas questões parece necessária uma perspectiva mais longa do que a conjuntura imediata. O papel dos Estados Unidos no mundo se tornou o tópico de uma grande variedade de posturas através do espectro político estabelecido e apenas poucos dos temas complexos que ele impõe podem ser analisados aqui. Mas algumas poucas flechas do arco da teoria socialista clássica podem ser melhores do que nada.

1

Os responsáveis pela atual política norte-americana são os herdeiros de tradições jamais rompidas dos cálculos globais do Estado norte-americano que remontam aos últimos anos da Segunda Guerra Mundial. Entre 1943 e 1945, em meio ao apoio às perdas russas e às dívidas britânicas, a administração Roosevelt estabeleceu a estrutura do sistema americano de poder em que podia ver o que a vitória sobre a Alemanha e o Japão trazia. Desde o início, Washington perseguiu dois objetivos estratégicos integralmente conectados. Por um lado, os Estados Unidos decidiram tornar o mundo seguro para o capitalismo. Isso significou dar prioridade absoluta a conter a União Soviética e impedir que a revolução se espalhasse para além de suas fronteiras, onde quer que ela não pudesse competir diretamente pelo espólio da guer-

¹ Tradução de Richard Miskolci – Pesquisador – Bolsista CNPq Recém-Doutor – Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14800-901 – Araraquara – SP.

Texto publicado originalmente como o editorial “Force and consent: aspects of US hegemony”, *New Left Review*, 2002. A *Estudos de Sociologia* agradece a autorização para publicação desta tradução.

² Historiador inglês, editor da *New Left Review* e professor da UCLA – University of Califórnia at Los Angeles.

ra assim como acontecia na Europa Oriental. Com o início da Guerra Fria, o objetivo de longo prazo de luta contra o Comunismo se tornou, mais uma vez, não apenas bloquear o antagonista soviético, como tinha sido no início da intervenção de Wilson em 1919, mas removê-lo do mapa. Por outro lado, Washington estava determinada a garantir a primazia americana incontestável dentro do mundo capitalista. Isso significava, em primeiro lugar, reduzir a Grã-Bretanha à dependência econômica, um processo que tinha começado com o Empréstimo Lease, e estabelecer uma regência militar na Alemanha Ocidental e no Japão. Assim que esta moldura foi estabelecida, o *boom* do capitalismo norte-americano do período de guerra foi estendido com sucesso, quer para as potências aliadas, quer para as derrotadas, para o benefício de todos os estados da OECD.

Durante os anos da Guerra Fria, havia pouca ou nenhuma tensão entre esses dois objetivos fundamentais da política norte-americana. O perigo do Comunismo para as classes capitalistas em todo lugar, maior ainda na Ásia da Revolução Chinesa, significou que, virtualmente, todos estavam felizes em ser protegidos, apoiados e vigiados por Washington. A França – culturalmente menos próxima do que a Grã-Bretanha e militarmente mais autônoma do que a Alemanha ou o Japão – foi, sob De Gaulle, a única breve exceção. Colocado esse parêntesis de lado, a zona capitalista avançada foi integrada, sem muito esforço, a um império americano informal cujos marcos foram Bretton Woods, os planos Marshall e Dodge, a OTAN e o Pacto de Segurança EUA-Japão. No momento devido, o capitalismo japonês e alemão se recuperaram a ponto de tornarem-se competidores crescentemente sérios dos Estados Unidos, enquanto o sistema de Bretton Woods se foi sob as pressões da Guerra do Vietnã, no começo dos anos setenta. Mas a unidade política e ideológica do Mundo Livre foi pouco afetada. O bloco soviético, sempre mais fraco, menor e mais pobre, passou por mais vinte anos de crescimento declinante e de corrida armamentista, mas caiu, por fim, na virada dos anos noventa.

O desaparecimento da União Soviética marcou a vitória completa dos EUA na Guerra Fria, mas esse mesmo marco tornou mais frouxo o nó que atava os objetivos básicos da estratégia global americana. A mesma lógica não integrava mais seus dois objetivos em um mesmo sistema hegemônico.³ De uma vez, o perigo comunista foi tirado da mesa e a primazia americana cessou de ser um requisito automático da segurança da ordem estabelecida *tout court*. Potencialmente, o campo das rivalidades inter-capitalistas, não mais apenas no nível de empresas, mas de Estados, brotou novamente, já que – em teoria – regimes europeus e do leste asiático poderiam con-

³ No que segue, que deve muito a um debate entre Gopal Balakrishnan e Peter Gowan, a noção de hegemonia é tirada de seu uso em Gramsci. O termo recentemente recebeu um outro significado no muito poderosamente discutido livro de John Mearsheimer *Tragedy of Great Power Politics*; para o qual consulte Peter Gowan, 'A Calculus of Power', 2002.

templar níveis de independência impensáveis durante a época do perigo totalitário. Ainda havia outro aspecto para esta mudança. Se agora faltavam as mesmas vigas externas para a estrutura consensual do domínio americano, sua superioridade coercitiva foi, de um único golpe, abrupta e massivamente acentuada, pois com o desaparecimento da URSS, não havia mais nenhuma força contrária na Terra capaz de resistir ao poderio militar norte-americano. Os dias em que ele podia ser vencido no Vietnã ou sofrer perda por procuração na África sulina tornaram-se passado. Essas mudanças inter-relacionadas eventualmente se uniram para alterar o papel dos Estados Unidos no mundo. A fórmula química do poder estava em solução.

2

No entanto, na prática, os efeitos dessa mudança estrutural no balanço entre força e consentimento dentro da operação da hegemonia americana permaneceram latentes por uma década.⁴ O conflito definitivo dos anos noventa apenas os mascarou completamente. A anexação do Kuwait pelo Iraque ameaçou a formação de preços dos suprimentos petrolíferos para todos os estados capitalistas principais, isso para não mencionar a estabilidade de regimes vizinhos, permitindo que os Estados Unidos, rapidamente, montassem a vasta coalizão do G-7 e dos aliados árabes para a restauração da dinastia Sabah no trono. Ainda mais significativa do que a amplidão dos auxílios estrangeiros ou subsídios levantados para a operação *Tempestade no Deserto* foi a habilidade dos EUA de assegurarem a ampla cobertura das Nações Unidas para sua campanha. Com o descarte da URSS, o Conselho de Segurança podia ser usado, de agora em diante, com confiança crescente, como uma tela ideológica portátil para as iniciativas da única superpotência. Aparentemente, parecia que o alcance do consenso da diplomacia americana era maior do que nunca.

No entanto, o consenso tão ampliado era de um tipo especial. As elites da Rússia e – ainda mais cedo – da China, certamente eram suscetíveis ao magnetismo do sucesso cultural e material americano como normas a serem imitadas. Neste sentido, a internalização por potências subalternas, de certos valores e atributos do Estado mais poderoso, o que Gramsci teria pensado como um traço essencial de qualquer hegemonia internacional, começou a acontecer. Mas o caráter objetivo desses regimes era ainda muito distante dos protótipos norte-americanos para que tais predisposições subjetivas formassem uma garantia confiável para cada ato de complacência

⁴ Nota do Tradutor: Anderson utiliza invariavelmente o termo inglês *consent*, o qual é melhor traduzido em português como consentimento. Consenso em inglês seria *consensus*. Alguns estudiosos de Gramsci talvez preferissem a tradução de *consent* como consenso, mas este não exprime o caráter de passividade e impotência que marcam a perspectiva crítica do historiador inglês sobre a política internacional do presente. Optei por usar preferencialmente consentimento. Uso o termo consenso apenas em contextos em que não paira dúvida de que este era o sentido que o autor queria dar ao termo.

no Conselho de Segurança. Para isso, era requerida a terceira alavanca que Gramsci certa vez apontou, intermediária entre força e consentimento, porém mais próxima da última: corrupção.⁵ Há muito tempo usada para controlar votos na Assembléia Geral, a corrupção agora era estendida acima, para esses possuidores do poder de veto. As induções econômicas para concordar com o desejo dos Estados Unidos se ampliaram na Rússia pós-comunista, dos empréstimos do FMI ao financiamento e organização secretos das campanhas eleitorais de Yeltsin. No caso da China, elas foram centradas no alinhamento ao *status* de nação preferencial no comércio e acordos econômicos.⁶ O consentimento comprado nunca é o mesmo que o dado, mas para os propósitos práticos, ele era suficiente para fazer as Nações Unidas voltarem a algo como os dias alciónicos no início da Guerra da Coréia, quando a posição norte-americana foi quase automaticamente aprovada. O irritante menor de um Secretário Geral que na ocasião fugiu do polegar americano foi removido e, em seu lugar, instalado um substituto da Casa Branca, reconhecido por encobrir o genocídio de Ruanda enquanto os EUA pressionavam pela intervenção nos Bálcãs.⁷ Em meados dos anos noventa, as Nações Unidas tinham se convertido virtualmente em um braço do Departamento de Estado assim como o FMI é um braço do Tesouro Norte-Americano.

Nessas condições, os planejadores da política externa americana podiam confrontar o mundo pós-Guerra Fria com liberdade sem precedentes. A primeira prioridade deles era ter certeza de que a Rússia estava presa, econômica e politicamente, dentro da ordem global do capital, com a instalação de uma economia privatizada e uma oligarquia de negócios ligadas a um sistema eleitoral democrático. Esse foi o objetivo principal da administração Clinton. Uma segunda preocupação era assegurar a conquista das duas zonas adjacentes da influência soviética: a Europa Oriental e o Oriente Médio. Na primeira, Washington estendeu a OTAN para as fronteiras tradicionais da Rússia bem antes da expansão da União Européia para o Leste e se encarregou de liquidar o Estado iugoslavo. Na última, a Guerra pelo Kuwait foi uma ventania que permitiu instalar bases militares avançadas na Arábia Saudita e no Golfo, estabelecer um protetorado no Curdistão e atar o movimento nacional palestino numa zona de proteção sob o

⁵ O exercício “normal’ da hegemonia”, ele escreveu, “é caracterizado pela combinação de força e consentimento, em equilíbrio variado, sem a força predominando muito sobre o consentimento’. Mas em certas situações, onde o uso da força era muito arriscado, ‘entre consentimento e força fica a corrupção-fraude, que é a enervação e paralisia do antagonista ou antagonistas”’. (GRAMSCI, 1975, p.1638)

⁶ Os dois casos não são idênticos, mas em cada um, ao lado de considerações pecuniárias, tem havido um elemento de submissão moral. Num cálculo puramente material de vantagem, os mandatários da Rússia e da China fariam melhor se exercessem seus vetos de vez em quando para aumentarem seus preços. Que eles falharam em ver tal lógica óbvia de venalidade política sugere o grau em que eles internalizaram a autoridade hegemônica.

⁷ Para Kofi Annan, veja Colette Braeckman, (2001, p. 145–7); Peter Gowan, (2001, p. 84).

controle de Israel. Essas foram, até certo ponto, tarefas emergenciais advindas da própria vitória na Guerra Fria.

3

Ideologicamente, os contornos de um sistema pós-Guerra Fria emergiram mais gradualmente, mas as guerras do Golfo e dos Bálcãs ajudaram a cristalizar uma doutrina ainda mais compreensível, ligando mercados livres (a arca do neoliberalismo desde o período Reagan-Thatcher) às eleições livres (o *leitmotiv* da liberação na Europa Centro-Oriental) e aos direitos humanos (o grito de guerra no Curdistão e nos Bálcãs). Os dois primeiros tinham sempre sido, em tonalidades variadas, parte do repertório da Guerra Fria ainda que agora eles tenham sido enfatizados com muito mais segurança: uma mudança mais marcante ocorreu no resgate à força do termo “capitalismo”, o qual era tido como indiscreto no auge da Guerra Fria, período em que se preferia usar eufemismos. Era o terceiro, no entanto, a principal inovação do período e que mais fez para alterar a paisagem estratégica. Pois este era o pé de cabra para abrir a porta da soberania nacional.

Os princípios tradicionais que apoiavam a autonomia das nações em seus negócios domésticos foram, claro, regularmente desrespeitados por ambos os lados durante a Guerra Fria, mas, como estavam inscritos na convenção democrática – nada menos do que na própria Carta das Nações Unidas – isto ocorreu por causa do balanço de forças durante o período de descolonização que deu origem a uma multiplicidade de pequenos Estados, quase sempre fracos, no Terceiro Mundo.⁸ Juridicamente, a doutrina da soberania nacional pressupunha noções de igualdade entre povos que permitiam certa proteção contra a ameaça das duas superpotências, cuja competição garantia que nenhuma podia, abertamente, colocar de lado a doutrina sob o temor de aceitação de muita vantagem moral para a outra. Mas com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento de qualquer contrapeso ao acampamento do capital, havia pouca razão para dar tanta atenção para formulações que expressavam outra relação das forças internacionais, a qual estava morta. A Nova Ordem Mundial, primeiramente proclamada em termos triunfalistas, mas ainda tradicionais, por Bush pai se tornou, sob Clinton, o objetivo legítimo da comunidade internacional da justiça universal e dos direitos humanos como condição da paz democrática, onde quer que ela estivesse sob ameaça e sem respeitar as fronteiras dos Estados.

De meados dos anos noventa em diante, o cenário no qual a administração democrata operou foi inusualmente propício. Em casa, estava no auge um *boom* especulativo; no exterior, ela aproveitava-se de um grupo de regimes europeus moldados segundo sua agenda ideológica doméstica. A versão da Terceira Via do

⁸ Para uma discussão deste passado vide David Chandler (2000, p. 55-60)

neoliberalismo se encaixava bem com o catequismo da “comunidade internacional” e sua devoção comum aos valores humanos universais. Na prática, claro que, onde quer que a lógica da primazia americana topasse com considerações ou objetivos estrangeiros, a primeira prevalecia. Nesses anos, as realidades políticas, sob a retórica multilateral, tornaram-se claras novamente. Os EUA arruinaram os acordos de Lisboa em 1992 ao preferirem ditar sua própria ocupação na Bósnia do que aceitar uma iniciativa da União Européia, se necessário ao preço da intensificação da limpeza racial; impuseram o ultimato em Rambouillet que detonou a Guerra em larga escala no Kosovo; amarraram a OTAN às fronteiras da Belarus e da Ucrânia e deram sua benção para a reconquista russa da Chechênia — com Clinton saldando a “liberação de Grozny” depois de um massacre que fez o destino de Sarajevo parecer um piquenique.

De uma forma ou de outra, todos esses movimentos, em seu quintal, ignoraram ou deram pouca atenção às sensibilidades da União Européia, mas em nenhum caso eles foram transgressores de forma por demais indelicada ou ostensiva. Realmente, durante o segundo mandato da administração Clinton, a oficialidade européia se tornou mesmo, se muito, mais profusa e veemente do que Washington em anunciar a interconexão de mercados e eleições livres e a necessidade de limitar a soberania nacional em nome dos direitos humanos. Políticos e intelectuais podiam escolher o que eles quisessem dessa mistura. Em um discurso em Chicago, Blair superou Clinton em entusiasmo por um novo humanismo militar enquanto, na Alemanha, um pensador como Habermas via um compromisso desinteressado ao ideal dos direitos humanos como uma definição da própria identidade européia, distanciando o continente dos objetivos meramente instrumentais dos poderes anglo-americanos no bombardeio da Iugoslávia.

No fim da década, os planejadores estratégicos em Washington tinham toda razão para estarem satisfeitos com o balanço geral dos anos 1990. A URSS tinha sido tirada do ringue, a Europa e o Japão colocados em xeque, a China inserida em relações de comércio crescentes e cada vez mais estreitas, a ONU reduzida a pouco mais do que um escritório de permissões e tudo isso conseguido seguindo a mais emoliente das ideologias, segundo a qual cada segunda palavra era compreensão internacional e boa vontade democrática. A paz, a justiça e a liberdade estavam se espalhando pelo mundo.

4

Dois anos depois, a cena parece diferente, mas em quais aspectos? Para começar, a chegada da administração Bush mostrou uma certa impaciência com a ficção de que a “comunidade internacional” era uma aliança de iguais democráticos e uma

negligência com relação às hipocrisias associadas com ela, saudando uma opinião européia ainda em luto por Clinton. Mas essas mudanças de estilo não significaram nenhuma mudança nos objetivos fundamentais da estratégia global norte-americana, os quais se mantiveram completamente estáveis por meio século. No entanto, dois desenvolvimentos modificaram radicalmente as formas em que esses têm sido perseguidos ultimamente.

O primeiro desses, claro, foi o choque de 11 de Setembro. De forma alguma uma ameaça séria ao poder americano, os atentados atingiram prédios simbólicos e vítimas inocentes — matando virtualmente tantos americanos em um dia quanto eles matam a si mesmos em uma estação — em um espetáculo calculado para plantar o terror e a fúria em uma população sem experiência de ataque estrangeiro. A retribuição dramática, numa escala mais do que proporcional ao massacre, tornar-se-ia automaticamente a primeira obrigação de qualquer governo qualquer que fosse o partido no poder. Neste caso, a nova administração, eleita por uma margem pequena e contestada de votos, já tinha apresentado sua intenção de colocar uma posição nacional mais afirmativa no exterior dispensando uma série de fachadas ou placebos diplomáticos — Roma, Kyoto, etc — que a administração anterior tinha, mais em termos aparentes, aprovado. O 11 de Setembro deu a ela uma chance inesperada de realençar os termos da estratégia global americana mais decisivamente do que de outra forma teria sido possível. Espontaneamente, a opinião doméstica agora estava galvanizada para uma luta figurativamente comparável à da própria Guerra Fria.

Com isso, um impedimento crítico tinha sido removido. Em condições pós-modernas, a hegemonia do **capital** não requer mobilização de massa de nenhum tipo. Ao contrário, ela se baseia no oposto — na apatia política e na abstenção de qualquer *cathexis* da vida pública. A abstenção do voto é a marca do cidadão satisfeito, como o Chanceler Britânico observou depois da última eleição no Reino Unido. Em nenhum outro lugar este axioma é mais amplamente aceito do que nos Estados Unidos, onde presidentes regularmente são eleitos por um quarto da população adulta. Mas — aqui está uma distinção essencial — o exercício da **primazia americana** requer uma ativação do sentimento popular que vá além do mero consentimento ao *status quo* doméstico. Este está longe de ser fácil ou continuamente disponível. A Guerra do Golfo foi aprovada por apenas um punhado de votos no Congresso. A intervenção na Bósnia foi postergada por medo de uma reação não entusiasmada do eleitorado. Até mesmo aterrissagens no Haiti tinham que ser muito breves. Aqui sempre houve sérias restrições ao Pentágono e à Casa Branca — o medo popular das perdas humanas, a ignorância generalizada do mundo exterior, a indiferença tradicional com relação aos conflitos estrangeiros. De fato, há uma distância estrutural permanente entre a amplitude das operações militares e políticas que o Império Americano precisa para man-

ter sua influência e a mudança de atenção ou comprometimentos dos eleitores americanos. Para terminar, a ameaça de algum tipo é virtualmente indispensável. Neste sentido, assim como Pearl Harbour, os atentados de 11 de Setembro deram a uma presidência que estava de qualquer forma buscando alterar o *modus operandi* dos Estados Unidos no exterior a oportunidade para uma mudança muito mais rápida e ambiciosa do que ela teria executado em outras circunstâncias. O círculo em torno de Bush percebeu isso imediatamente, a secretária de segurança Rice comparou o momento com a implementação da Guerra Fria — um equivalente político da Gênese.⁹

O segundo desenvolvimento, de significância nada menor, foi germinando desde meados da década de 1990. A Guerra dos Balcãs, válida como uma demonstração do comando americano na Europa, e o levante na destituição de Milošević, também tinha provido um prêmio de um tipo ainda mais conseqüente. Aqui, pela primeira vez, em condições próximas do ideal, podia ser testada o que especialistas tinham previsto como a iminente “revolução nos assuntos militares”. O que a RAM [Revolução nos Assuntos Militares] significava era uma mudança fundamental na natureza da Guerra através do uso de avanços eletrônicos nos sistemas de armas e comunicações. A campanha da OTAN contra a Iugoslávia ainda era um experimento novo, com erros técnicos e falhas de alvos para a destruição unilateral que essas inovações abriram, mas os resultados eram promissores o suficiente para sugerirem o potencial para um salto de qualidade na acurácia e efeito do poder de fogo americano. Na época em que os planos para a retaliação da Al-Qaeda estavam sendo preparados, a RAM tinha ido muito além. A *blitz* no Afeganistão, posicionando uma panóplia completa de satélites, mísseis inteligentes, zumbidos, bombardeios secretos e forças especiais apenas mostraram quão imensa tinha se tornado a disparidade tecnológica entre o armamento americano e aquele de todos os outros Estados e quão pequeno seria — para os EUA — o custo humano de futuras intervenções militares pelo mundo. O desequilíbrio global nos meios de violência que certa vez a URSS tinha apagado tem sido, de fato, redobrado, inclinando os constituintes da hegemonia ainda mais em direção ao pólo de força, pois o efeito da RAM é criar um vácuo de poder de baixo risco em torno dos planos americanos, no qual os cálculos usuais dos riscos ou ganhos da guerra são diluídos ou suspensos. O sucesso claro da operação afegã sobre um terreno geográfico e cultural proibitivo só podia encorajar qualquer administração a maiores impulsos imperiais.

Estas duas mudanças de circunstância — o estímulo do nacionalismo popular no velório de 11 de Setembro em casa e a nova latitude permitida pela RAM no exterior — foram acompanhadas por uma mudança ideológica. Este é o principal

⁹ Veja Bob Woodward, “We Will Rally the World”, *Washington Post*, 28 January 2002, o qual reporta que Rumsfeld pressionou por Guerra contra o Iraque na manhã de 12 Setembro; e para a posição de Rice na situação, Nicholas Lermann, “The Next World Order”, *New Yorker*, 1 April 2002, p. 42-8.

elemento de descontinuidade na estratégia global recente dos EUA. No lugar da retórica do regime de Clinton sobre a causa da justiça internacional e da paz democrática, a administração Bush levantou a faixa da guerra ao terrorismo. Essas não são razões incompatíveis, mas a ordem de ênfase ligada a cada uma foi alterada. O resultado é um contraste forte de atmosfera. A guerra contra o terrorismo orquestrada por Cheney e Rumsfeld é muito mais estridente, também irritada e gritante do que as devoções adocicadas dos anos Clinton–Albright. O resultado político imediato de cada uma também difere. A linha nova e mais aguda de Washington foi mal recebida na Europa, onde o discurso dos direitos humanos era e é especialmente valorizado. Aqui, a linha anterior era claramente superior como idioma hegemônico.

Por outro lado, na Rússia e na China, o oposto aconteceu. Lá, a guerra ao terrorismo tem oferecido – de qualquer forma temporariamente — uma base melhor para integrar potências rivais sob a liderança americana do que a retórica dos direitos humanos, a qual apenas irritava os poderosos. No momento, os ganhos diplomáticos alcançados pela cooptação do regime de Putin, na campanha afegã e a instalação de bases americanas pela Ásia Central, podem muito bem ser vistos por Washington como mais substanciais do que os custos da lista sem fim de resmungos sobre o unilateralismo americano que é um traço tão marcado da cena européia. O TMA [Tratado de Mísseis Antibalísticos] está morto, a OTAN está a caminho dos Estados Bálticos sem a resistência de Moscou e a Rússia está ansiosa para se unir ao concerto ocidental. A China, colocada de lado inicialmente pelo falatório republicano sobre Taiwan, também tem sido reafirmada pela guerra ao terrorismo, a qual dá a ela a cobertura da Casa Branca para a repressão étnica em Xinjiang.

5

Se tal foi o balanço quando uma marionete americana foi colocada facilmente em Kabul diante de aplauso universal — dos mulás iranianos aos *philosophes* franceses, social-democratas escandinavos a agentes da polícia secreta russa, ONGs inglesas e generais chineses — o que explica o projeto seguinte no Iraque? Uma política mais dura com relação ao regime Ba'ath, já era clara durante a campanha eleitoral de Bush e previsível muito antes de 11 de Setembro, num momento em que o já longo bombardeio anglo-americano do Iraque estava, de qualquer maneira, se intensificando.¹⁰ Desde então, sem dúvida, três fatores converteram o que era visto originalmente como operações encobertas para destituir Saddam nas propostas correntes para uma invasão pura e simples. O primeiro é a necessidade de algum resultado espetacular conclusivo para a guerra ao terrorismo. A vitória no Afeganistão, satisfatória em si mesma, foi conseguida sobre um inimigo amplamente invisível e, até certo ponto,

¹⁰ Para a escalada de ataques aéreos no Iraque sob Clinton e Blair veja Tariq Ali (2001, p. 5–6).

compensada psicologicamente pelos avisos contínuos do perigo de ataques posteriores dos agentes escondidos da Al-Qaeda. Este tema, apesar de funcional por manter um alto estado de alarme público, carece, no entanto, de alguma resolução libertadora. A conquista do Iraque oferece o drama de um tipo maior e mais familiar cujo fim poderia carregar um sentimento de que um inimigo-hidra foi realmente colocado fora de ação. Para um público americano traumatizado por um novo sentimento de insegurança, distinções na taxonomia entre o mal de Kandahar e Bagdad não têm lugar.

No entanto, além dessa atmosfera, o impulso para atacar o Iraque obedece a um cálculo racional de natureza mais estratégica. É claro que o oligopólio nuclear tradicional, indefensável em qualquer base, está destinado a ser mais e mais desafiado na prática enquanto a tecnologia para fazer armas atômicas se torna mais barata e simples. O clube já foi desafiado pela Índia e pelo Paquistão. Para lidar com este perigo que se aproxima, os EUA precisam tornar-se capazes de lançar ataques preventivos a possíveis candidatos quando eles queiram. A Guerra dos Balcãs proveu um precedente vital para ignorar a doutrina legal da soberania nacional sem nenhuma necessidade de invocar a da autodefesa – algo sancionado anteriormente pela ONU. Na Europa, isso ainda era apresentado com frequência como uma exceção triste ao respeito normal do direito internacional característico das democracias, exceção acionada por uma emergência humanitária. A noção de eixo do mal, por contraste, e a escolha subsequente do Iraque como alvo, coloca a necessidade de uma guerra preventiva e o reforço da mudança de regime como uma **norma**, como se o mundo, algum dia, viesse a se tornar seguro.

Por razões óbvias, essa concepção – diferente da batalha contra o terrorismo construída de forma mais estreita – pode tornar nervosos todos os centros de poder fora de Washington. Suspeitas já foram expressas, ainda que não muito categoricamente, pela França e pela Rússia, mas do ponto de vista de Washington, se o momento da guerra ao terrorismo pode ser usado para obrigar a ONU a aceitar *de facto* – ou melhor ainda, *de jure* – a necessidade de esmagar Saddam Hussein sem problemas posteriores. Então, ataques preventivos terão sido estabelecidos como parte do repertório regular da manutenção da paz democrática em escala global. Tal janela de oportunidade ideológica não deve ocorrer tão cedo. São as possibilidades jurídicas que ela abre para uma nova “constituição internacional”, na qual tais operações se tornem parte de uma ordem habitual e legal, que excita tal teórico de intervenções de direitos humanos anteriores como Philip Bobbitt, um admirador apaixonado e conselheiro próximo de Clinton durante os ataques aos Balcãs — sublinhando a extensão à qual a lógica da prevenção é potencialmente bipartidária.¹¹ Claro que, o fato de que

¹¹ O ex-presidente dos EUA Bill Clinton, o Primeiro Ministro Britânico Tony Blair e o Chanceler alemão Gerhard Schroeder, os quais têm sido amplamente criticados em seus respectivos partidos, serão vistos como arquitetos tentando uma mudança profunda na ordem constitucional de uma magnitude não menor

o Iraque não tem armas nucleares tornaria um ataque a ele uma lição mais efetiva para evitar que outros tentem adquiri-las.

Uma terceira razão para atacar Bagdá é mais diretamente política do que ideológica ou militar. Aqui o risco é significativamente maior. A administração republicana está tão consciente quanto qualquer um na esquerda de que o 11 de Setembro não foi um ato maldoso sem motivação, antes uma resposta ao papel amplamente rejeitado dos Estados Unidos no Oriente Médio. Esta é uma região na qual – diferentemente da Europa, Rússia, China, Japão ou América Latina – não há regimes com uma base confiável para oferecer pontos efetivos de transmissão para a hegemonia cultural ou econômica americana. Os Estados árabes mistos são dóceis o suficiente, mas eles carecem de qualquer forma de apoio popular baseando-se em redes familiares e na polícia secreta, os quais compensam tipicamente a servilidade factual aos Estados Unidos com uma boa dose de hostilidade da mídia, isso para não falar do fechamento com relação à América. Realmente, de forma única, o cliente mais valioso e dependente de Washington na região, a Arábia Saudita, é o país mais protegido contra a penetração cultural americana do que qualquer outro país do mundo depois da Coreia do Norte.

Na prática, enquanto sujeito do poder “duro” americano (empréstimos e exércitos), a maior parte do mundo árabe forma uma espécie de zona de exclusão para as operações normais de “poder suave”, permitindo que fermentem todas os tipos de forças e sentimentos aberrantes sob a aparente tampa fechada dos serviços de segurança locais, assim como os ataques de 11/09 demonstraram. Vista sob esta luz, a Al-Qaeda poderia ser vista como um aviso dos perigos de confiar em um sistema de controle por demais externo e indireto no Oriente Médio, uma área que também contém o volume principal das reservas de petróleo do mundo e que, portanto, não pode ser deixada ao seu próprio cuidado como se fosse uma terra irrelevante como a maior parte da África abaixo do Saara. Por outro lado, qualquer tentativa de alterar o apoio do comando americano sobre a região, adulterando com os regimes existentes, poderia facilmente levar à queda de governos no estilo de Madame Nhu, o qual não causou nada de bom aos Estados Unidos no Sudeste asiático. Em contraste, tomar o Iraque daria a Washington uma plataforma rica em petróleo no centro do mundo

do que a de Bismarck. Como no escrito, o presidente americano George W. Bush parece estar seguindo o mesmo caminho... “Nenhuma soberania de Estado é intocável se ela refuta instituições parlamentares e proteções aos direitos humanos. Quanto maior a rejeição dessas instituições, as quais são os meios segundo os quais a soberania é concedida pelas sociedades para seus governos, mais agudamente curto é o manto de soberania que de outra forma protegeria governos da interferência de seus pares. A ação dos EUA contra a soberania do Iraque, por exemplo, deve ser avaliada sob esta luz”: *The Shield of Achilles* (BOBBIT, 2002, p. xxvii; 680). Esta obra é a teorização mais extensa do imperativo constitucional para esmagar Estados que não respeitam suficientemente os direitos humanos ou o oligopólio das armas nucleares. A homenagem ao Chanceler Schroeder pode ser ignorada como uma desculpável expectativa de sua alta vocação.

árabe, na qual construiria uma versão ampliada da democracia de estilo afegão criada para mudar totalmente a paisagem política do Oriente Médio.

Claro, como muitos comentaristas melhor dispostos se apressaram a apontar, reconstruir o Iraque pode provar ser um negócio arriscado e caro, mas os recursos americanos são grandes e Washington pode esperar por um efeito Nicarágua depois de uma década de mortalidade e desespero sob o cerco da ONU, contando com o fim das sanções e completa suspensão da exportação de petróleo sob a ocupação americana, para melhorar as condições de vida da maioria da população iraquiana tão dramaticamente de forma a criar o potencial para um protetorado americano, do estilo que já existe mais ou menos no setor Curdo do país. De forma diferente do governo sandinista, o regime de Ba'ath é uma ditadura sem piedade com pouca ou nenhuma raiz popular. A administração Bush poderia contar com as chances de que um desenvolvimento nicaraguense, no qual uma população exausta troca independência por alívio material, é muito mais provável em Bagdá do que foi em Manágua.

Em troca, o efeito demonstrativo de um regime no modelo parlamentar sob a tutela internacional benevolente – talvez outra Loya Jirga do mosaico étnico no país – poderia ser calculado para convencer elites árabes da necessidade de modernizarem seus meios e as massas árabes da invencibilidade dos Estados Unidos. No mundo muçulmano como um todo, Washington já conseguiu a convivência dos clérigos iranianos (conservadores e reformistas) para uma repetição do *Enduring Freedom* na Mesopotâmia. Nessas condições, assim vai o cálculo estratégico, o atrativo do tipo que originalmente trouxe a OLP até Oslo, depois da Guerra do Golfo, poderia se tornar irresistível de novo, permitindo um acordo na questão palestina segundo linhas aceitáveis para Sharon.

6

Este, de forma geral, é o pensamento por trás do plano republicano para ocupar o Iraque. Ele envolve um risco como todos os empreendimentos geopolíticos que nunca podem confiar em todo agente relevante ou circunstância, mas um cálculo que erra no alvo não é, por isso, necessariamente irracional. Ele se torna assim apenas se o contexto é clara e altamente contra ele ou se os custos potenciais ultrapassarem demais os benefícios, mesmo que a oposição seja pequena. Nenhum dos dois parece se aplicar neste caso. A operação é claramente dentro das capacidades americanas e seus custos imediatos, os quais sem dúvida seriam consideráveis, não parecem proibitivos. Claro que o que poderia atrapalhar seria a destituição repentina de um ou mais dos regimes clientes dos Estados Unidos por multidões indignadas ou oficiais raivosos. Segundo a natureza das coisas, é impossível dominar tais *coups de théâtre*, mas, como as coisas estão no momento, parece que Washington não tem sido irrealista

ao descontar tal eventualidade. O regime do Iraque atrai muito menos simpatia do que a causa palestina e, ainda assim, as massas árabes foram incapazes de levantar um dedo para ajudar a segunda Intifada durante o esmagamento televisado por parte do ISF do levante nos territórios ocupados.

Por que o prospecto de Guerra causou tal desconforto, não tanto no Oriente Médio em que a gritaria da liga árabe é grandemente *pro forma*, mas na Europa? No nível governamental, parte da razão está, como se tem notado com freqüência, na distribuição oposta das populações judia e árabe nos dois lados do Atlântico. A Europa não tem nenhum equivalente estrito do poder da AIPAC nos Estados Unidos, mas ela contém milhões de muçulmanos: em cujas comunidades nas quais a ocupação do Iraque poderia provocar mal estar, possivelmente causando, em condições mais livres, turbulência indesejada na via árabe mesma, onde as reações a uma invasão depois do evento podem se provar mais fortes do que a incapacidade de bloqueá-la antes sugeriria. Os países da União Européia, muito mais fracos como atores militares ou políticos no palco internacional, são inerentemente mais cuidadosos do que os Estados Unidos. Obviamente, a Grã-Bretanha é a exceção e nela uma mentalidade questionável levou a um outro extremo, caindo mais ou menos automaticamente nas iniciativas do outro lado do oceano.

Em geral, enquanto os Estados europeus sabem que são subalternos aos Estados Unidos e aceitam seu *status*, eles não gostam de ver isso exposto publicamente. A rejeição do Protocolo de Kyoto e da Corte Criminal Internacional por parte da administração Bush também ofenderam um senso de propriedade honestamente ligado às formas externas da correção política. A OTAN recebeu atenção limitada na campanha afegã e tem sido completamente ignorada no caminho ao Tigre. Tudo isso tem irritado as sensibilidades européias. Um ingrediente a mais na recepção hostil do plano de atacar o Iraque encontrou na *intelligentsia* européia – e em menor grau na liberal americana – o medo justificado de que o plano retiraria o véu humanitário encobrendo as operações Balcãs e Afegã para revelar nua e cruamente as realidades imperiais por trás do novo imperialismo. Esta camada investiu muito na retórica dos direitos humanos e se sente desconfortavelmente exposta pela aspereza do impulso que está a caminho.

Na prática, tais suspeitas nada constituem além de um argumento de que qualquer guerra que seja lançada deve ter a benção nominal das Nações Unidas. A administração republicana tem sido feliz ao ajudar, explicando com perfeito candor, que os Estados Unidos sempre se beneficiam se podem agir multilateralmente, mas, de qualquer forma, se não puderem, agirão unilateralmente. Uma Resolução do Conselho de Segurança moldada vagamente o suficiente para permitir um ataque americano ao Iraque logo após certo tempo de uma espécie de ultimato seria suficiente para

apaziguar consciências européias e deixar o Pentágono seguir com a guerra. Um mês ou dois de massagem oficial permanente da opinião em ambos os lados do Atlântico é capaz de fazer maravilhas. Apesar da imensa manifestação anti-guerra em Londres neste outono [2002], três quartos do público britânico apoiariam um ataque ao Iraque, dando às Nações Unidas sua folha de parreira.¹² Neste evento, é bem possível que o chagal francês estará também na matança. Na Alemanha, Schroeder aproximou-se da oposição popular à Guerra para escapar da derrota eleitoral, mas como seu país não é membro do Conselho de Segurança, seu gesto não tem custo. Na prática, a República Federal fornecerá todos os postos necessários para uma expedição ao Iraque - um serviço estratégico consideravelmente mais importante para o Pentágono do que a provisão de comandos britânicos ou de paramilitares franceses. Sobretudo, a aquiescência européia na campanha pode ser tomada como certa.

Isto não significa que haverá um entusiasmo generalizado pela guerra na União Européia além da Downing Street. A aceitação factual para um ataque armado é uma coisa, apoio ideológico é outra. A participação na expedição ou, mais provavelmente, na ocupação que se seguirá a ela, provavelmente, não cancelará o ressentimento sobre a extensão em que a Europa foi ignorada na empreita. A demonstração das prerrogativas americanas - “o punho de ferro unilateralista dentro da luva de veludo multilateralista” como Robert Kagan (2002) definiu acidamente - pode proceder ainda por algum tempo.¹³

7

Isso significa, como protesta um coro de vozes estabelecidas tanto na Europa como nos Estados Unidos, que a “unidade do Ocidente” corre o risco de ser quebrada de forma duradoura pelo autoritarismo de Cheney, Rumsfeld e Rice? Ao considerar esta questão é essencial ter em mente a figura formal de qualquer hegemonia, a qual, necessariamente sempre conjuga um poder **particular** com uma tarefa **geral** de coordenação. O capitalismo, como uma ordem econômica abstrata, requer certas condições universais para sua operação: direitos estáveis de propriedade privada, normas legais previsíveis, alguns procedimentos de arbitragem e, crucialmente, mecanismos para garantir a subordinação do trabalho, mas este é um sistema competitivo cujo motor é a rivalidade entre agentes econômicos. Tal competição não tem nenhum teto “natural”: desde que ela se torne internacional a luta darwiniana entre firmas tem uma tendência inerente a escalar ao nível dos Estados. No entanto, neste nível, ela pode ter conseqüências desastrosas para o próprio sistema, como a história da pri-

¹² Nota do Tradutor: Anderson se refere à folha de parreira numa analogia com a que era utilizada para encobrir as “vergonhas” nos adendos a pinturas de nus feitas na Renascença.

¹³ Multilateralism, American Style, *Washington Post*, 14 de Setembro de 2002.

meira metade do século XX mostrou repetidamente, pois, no plano das relações inter-Estados, há apenas equivalentes fracos do direito doméstico e nenhum mecanismo para agregar interesses entre diferentes partidos de forma equitativa, assim como dentro de democracias eleitorais.

Livre, a lógica de tal anarquia só pode ser a guerra generalizada do tipo que Lênin descreveu em 1916. Kautsky, ao contrário, abstraindo os interesses conflitantes e a dinâmica dos Estados concretos daquele tempo, chegou à conclusão de que o futuro do sistema deve, para seu próprio interesse, residir na emergência de mecanismos de coordenação capitalista internacional capaz de transcender tais conflitos ou o que ele denominava “ultra-imperialismo”.¹⁴ Este era um prospecto que Lênin rejeitava como utópico. A segunda parte do século produziu uma solução não imaginada por nenhum pensador, mas vislumbrada por Gramsci, pois, no devido momento, ficou claro que o problema de coordenação pode ser resolvido satisfatoriamente apenas pela existência de um poder superordenador capaz de impor disciplina no sistema como um todo no interesse comum de todas as partes. Tal “imposição” não pode ser produto da força bruta. Ela também deve corresponder a uma capacidade genuína de persuasão: idealmente, uma forma de liderança que pode oferecer o modelo mais avançado de produção e cultura de seu tempo como alvo de imitação para todos os outros. Esta é a definição de hegemonia como uma unificação geral do campo do capital.

Mas, ao mesmo tempo, a hegemonia deve – pode apenas – ser um Estado **particular** e, como tal, inevitavelmente constituído por uma história diferente e uma rede de peculiaridades nacionais que o distinguem de todos os outros. Esta contradição está inscrita desde o início na filosofia de Hegel, na qual a necessidade de encarnação da razão em apenas **um** Estado histórico-mundial em cada período dado nunca pode apagar inteiramente a multiplicidade de formas políticas em torno dele.¹⁵ De forma latente, o singular universal sempre se mantém em variância com a multiplicidade empírica. Esta é a posição conceitual em que o “excepcionalismo” americano deveria ser visto. Todos os Estados são mais ou menos excepcionais, no sentido de que eles possuem características únicas. No entanto, por definição, um Estado hegemônico possuirá traços que **não poderão** ser compartilhados por outros, já que são precisamente esses que o elevam acima do nível dos seus rivais. Mas ao mesmo tempo, seu papel requer que ele seja tão próximo do modelo generalizável – isto é, reproduzível – quanto possível. Claro que a quadratura deste círculo é impossível no fim, razão pela qual há um coeficiente de fricção em qualquer ordem hegemônica. Estruturalmente, uma discrepância é construída dentro da harmonia que

¹⁴ Para a previsão de Kautsky veja o texto *Ultra-Imperialism* (1970, p. 41-6), o qual ainda é a única tradução [para o inglês].

¹⁵ Para esta tensão no pensamento de Hegel veja “*The Ends of History*” (1992, p. 292).

deveria ser instalada. Neste sentido, vivemos em um mundo em que é inseparável – de uma forma que nenhum deles poderia prever – o passado descrito por Lênin e o futuro antecipado por Kautsky. O particular e o geral estão condenados um ao outro. A união só pode ser compreendida pela divisão.

Nos Cadernos que ele escreveu na prisão, Gramsci teorizou a hegemonia como uma síntese distintiva da “dominação” e da “direção” ou um equilíbrio dinâmico de força e consentimento. O foco principal de sua atenção foi nas formas variadas em que este balanço podia ser alcançado, ou quebrado, dentro de Estados nacionais, mas a lógica da teoria dele, da qual estava consciente, se estendia também para o sistema internacional. Também neste nível, os elementos de hegemonia são distribuídos assimetricamente.¹⁶ A dominação – o exercício da violência como a última moeda do poder – tende necessariamente em direção ao pólo da particularidade. O Estado hegemônico deve possuir força militar superior, um atributo nacional que não pode ser alienado ou compartilhado como a principal condição de sua influência. Por outro lado, a direção ou a capacidade ideológica de ganhar consentimento é uma forma de liderança cujo apelo é, por definição, geral. Isso não significa que uma síntese hegemônica requer, portanto, uma estrutura persuasiva que é tão puramente internacional como sua estrutura coercitiva deve ser irredutivelmente nacional. O sistema ideológico de um Estado hegemônico **não pode** derivar apenas de sua função de coordenação geral. Ele também refletirá, inevitavelmente, a matriz particular de sua própria história social.¹⁷ Quanto menos marcada a distância entre estas duas, claro, mais efetivo ele será.

8

No caso dos Estados Unidos, o grau dessa distância – a proximidade da junção – é um reflexo dos traços principais do passado do país. Uma longa literatura foi desenvolvida sobre a exceção americana, mas a única excepcionalidade que realmente interessa, já que todas as nações são, a seu modo, *sui generis*, é a configuração que fundou sua hegemonia global. Como ela é melhor expressa? Ela se assenta na virtualmente perfeita relação que o país oferece entre condições geográficas e sociais ótimas para o desenvolvimento capitalista, ou seja, uma escala continental de território, recursos e mercado, protegidos por dois oceanos, o que nenhum outro Estado-Nação se aproxima de ter; uma população de imigrantes que forma uma sociedade com virtualmente nenhum passado pré-capitalista além de seus habitantes locais,

¹⁶ Para a assimetria dentro de qualquer Estado nacional veja Anderson, P. *The Antinomies of Antonio Gramsci* (1977, p. 41).

¹⁷ Em outras palavras, o “Estado universal e homogêneo” imaginado por Alexandre Kojève continua fora de alcance. Para sua concepção ver: Kojève (1992, p. 315-9).

escravos e credos religiosos, e associados apenas pelas abstrações de uma ideologia democrática. Aqui são encontrados todos os requisitos para um crescimento econômico espetacular, poder militar e penetração cultural. Politicamente, já que o capital sempre comandou sobre o trabalho num nível desconhecido em outras sociedades industriais avançadas, o resultado é uma paisagem doméstica bem à direita delas.

Na Europa Ocidental, por outro lado, virtualmente, todos os termos da equação americana são invertidos. As nações-estado são pequenas ou de porte médio, facilmente cercáveis ou invadidas, as populações freqüentemente remontam à era neolítica, as estruturas sociais e culturais estão saturadas com traços de origem pré-capitalista, o balanço de forças é menos desvantajoso para o trabalho e mais longe, a religião é uma força agente. Conseqüentemente, o centro de gravidade dos sistemas políticos europeus está mais à esquerda do americano, mais socialmente protetor e do bem-estar social, mesmo sob governos de direita.¹⁸ Nas relações entre Europa e Estados Unidos há, portanto, material abundante para todos os tipos de fricção, até mesmo combustão. Não é nenhuma surpresa que fagulhas tenham surgido na situação tensa corrente. No entanto, a questão política relevante é se estas prognosticam alguma modificação no balanço de poder entre os dois agora que a União Européia adquire um senso mais forte de sua própria identidade.

Observando os dois centros capitalistas comparativamente, o contraste entre seus estilos internacionais é claro o suficiente. A abordagem européia característica com relação à Nova Ordem Mundial se dá através da experiência interna da integração gradual dentro da própria UE: diplomacia baseada em tratados, incremento na soberania em grupo, ligação legalista ao governo formal, preocupação volúvel pelos direitos humanos. As práticas estratégicas americanas, baseadas numa concepção centro-periferia de relações inter-Estados são mais ásperas e bilaterais. Mas a diplomacia americana sempre teve duas línguas: uma descende dos axiomas de macho de Theodore Roosevelt, a outra da hipocrisia presbiteriana de Woodrow Wilson.¹⁹ Estas são, respectivamente, os idiomas nacional e internacional do poder americano. Enquanto no início do século XX, o último era mais estranho para os europeus, hoje ele se tornou a balsa atlântica à qual as suscetibilidades da União Européia se prendem desesperadamente. Mas ambos são quintessencialmente americanos. Boa parte da comoção recente no *establishment* intelectual democrata dentro dos EUA consistiu em um lembrete para a Casa Branca da necessidade de oferecer ao mundo uma mis-

¹⁸ Assim Berlusconi, epítome da direita mais temida pela esquerda na Europa, poderia de muitas formas ser visto como mais à esquerda do que Clinton, o qual construiu muito de sua carreira nos EUA baseado em políticas, execuções no Arkansas, ceifando o bem-estar social em Washington, que seriam impensáveis para qualquer Primeiro Ministro na Itália.

¹⁹ Isto é, claro, um resumo. Uma genealogia mais complexa é oferecida por Walter Russell Mead em *Special Providence* (2001), o qual distingue entre linhas derivando de Hamilton, Jefferson, Jackson e Wilson.

tura mais palatável dos dois.²⁰ A Estratégia de Segurança Nacional entregue por Bush no dia 21 de Setembro ao Congresso foi ao encontro da demanda com confiança. Nela, para ouvintes em casa ou no exterior, está um dueto perfeito de duas vozes de “um distintivo internacionalismo americano”. A frase é bem escolhida. O exercício da hegemonia requer apenas tal dualidade.

A direção americana do globo, como oposta à dominação, não se assenta, claro, simplesmente em uma crença ideológica. Historicamente, tem sido o poder dos modelos americanos de produção e cultura que estenderam o alcance de sua hegemonia. Ao longo do tempo, os dois têm se tornado crescentemente unificados na esfera do consumo para oferecer um único modo de vida como padrão para o mundo, mas, analiticamente, eles deveriam ser mantidos distintos. O poder do que Gramsci teorizou como fordismo, o desenvolvimento da administração científica e as primeiras linhas de produção do mundo, está em suas inovações técnicas e organizacionais, as quais, em sua época, já tinham tornado os Estados Unidos a sociedade mais rica existente. Enquanto esta liderança econômica foi mantida, em décadas recentes, ela teve suas subidas e descidas, os EUA podiam figurar num imaginário mundial como o ponto final da modernidade: aos olhos de milhões de pessoas além dos oceanos, a forma de vida que traçava um formato ideal de seus próprios futuros. Essa imagem era, e é, resultado do **avanço** tecnológico.

Por outro lado, o espelho cultural que os EUA ofereceram ao mundo deve seu sucesso a outra coisa. Aqui, o segredo da hegemonia americana repousou em **abstração** formular, a base da fortuna de Hollywood. Num continente vasto de imigrantes heterogêneos vindos de todos os cantos da Europa, os produtos da indústria cultural tinham que ser, desde o começo, tão genéricos quanto possível para maximizarem sua parte do mercado. Na Europa, cada filme surgia e tinha que lidar com culturas com uma densa sedimentação de tradições particulares, costumes, línguas herdadas do passado nacional, inevitavelmente gerando um cinema com um conteúdo altamente local com pouca chance de viajar. Nos EUA, por sua vez, públicos imigrantes com conexões enfraquecidas com passados heteróclitos só podiam ser agregados por narrativas e esquemas visuais despidos aos denominadores comuns mais abstratos e repetitivos. Logicamente, as linguagens cinematográficas que resolveram este problema eram as que continuaram a conquistar o mundo, onde o melhor na simplificação e repetição dramática, entre mercados ainda mais heterogêneos, era ainda maior. A universalidade das formas hollywoodianas - a TV americana quase nunca tem sido

²⁰ Para um bom exemplo veja Michael Hirsh (2002, p. 18-43), cheio de protesto sobre a importância da consulta com aliados, santidade dos acordos internacionais, valor de ideais sublimes enquanto, ao mesmo tempo, torna claro que “os aliados dos EUA devem aceitar que certo unilateralismo americano é inevitável, até mesmo desejável. Isso envolve principalmente aceitar a realidade do poder supremo norte-americano e, com verdade, apreciar como eles são historicamente sortudos por serem protegidos por tal potência relativamente benigna”.

capaz de repetir seus sucessos - deriva de sua tarefa originária, ainda que, como qualquer outra dimensão da hegemonia americana ela retirou força do solo expressamente nacional com a criação de gêneros grandemente populares retirados de mitos da fronteira, do submundo, da guerra do Pacífico.

Por fim, mas não por menos, havia a moldura legal da produção e da cultura: desincumbidos de direitos de propriedade, litígios sem limites, a invenção da corporação. Aqui também, o resultado foi a criação do que Polanyi mais temia: um sistema jurídico liberando o mercado tanto quanto possível dos laços do costume, da tradição ou da solidariedade, e a própria abstração deles, mais tarde, provou que, empresas americanas como filmes americanos seriam exportáveis e reproduzíveis através do mundo de uma forma que nenhum outro competidor conseguiria se igualar.²¹ A firme transformação do direito mercante internacional e da arbitragem em conformidade com padrões norte-americanos é testemunha desse processo. O campo político propriamente é outra questão. Não obstante a universalidade formal da ideologia da democracia americana, intocada pelas complicações da Revolução Francesa, as estruturas constitucionais do país careceram deste poder de atração.²² Permanecendo em sua maior parte atracadas às organizações do século XVIII, estas deixaram o resto do mundo relativamente frio; porém, com o avanço do dinheiro e da política televisiva, afetados pela sua corrupção.

9

Como a União Européia permanece em relação a este complexo? A população e a produção da UE excedem aquelas dos EUA e compõem um mosaico de modelos sociais amplamente considerados mais humanos e avançados do que o americano, mas esses são caracteristicamente embebidos em legados históricos locais de todo tipo. A criação de um mercado único e a introdução de uma moeda única estão começando a unificar condições de produção, especulação e consumo, mas continua a haver pouca mobilidade de trabalho ou de cultura compartilhada, alta ou baixa, no nível do continente. A última década viu um aumento da discussão sobre a necessidade da União adquirir mais das características de um Estado tradicional e seus povos uma identidade comum. Agora, há até mesmo uma convenção constitucional com *status* aconselhador. Mas o mesmo período também viu paradigmas econômicos, sociais e culturais do Novo Mundo se espalharem firmemente pelo Velho. A extensão desse processo pode ser exagerada: os dois ainda parecem, e continuam, muito diferentes, mas as tendências de mudança são todas em uma única direção. Da flexibili-

²¹ Para este fenômeno veja as observações em John Grahl (2001, p. 28-30).

²² No máximo, difundindo a peste do presidencialismo em formas caricaturais: a Rússia é o exemplo óbvio. Da safra recente de novas democracias, nenhum Estado do Leste Europeu imitou o modelo americano.

dade do mercado de trabalho, o valor dos acionistas e contribuições definidas para os conglomerados da mídia, contribuição trabalhista e realidade televisiva, a mudança tem sido dos padrões tradicionais para os americanos. Apesar do grande investimento europeu nos Estados Unidos, não há nenhuma evidência de alguma influência recíproca. Este é o unilateralismo que mais conta, ainda que apareça menos no livro corrente de reclamações.

Politicamente, por outro lado, onde o sistema americano está petrificado, o europeu está, teoricamente, em modificação, mas a União não é um Estado e os prospectos de algo similar emergir estão diminuindo. No papel, o aumento da UE para o Leste é uma empresa de magnitude mundial e histórica numa escala para igualar a ambição americana mais heróica. Na prática, seguindo o rastro morto da expansão americana da OTAN, a empresa parece grandemente um projeto omissivo, sem nenhum objetivo constitucional ou geopolítico claros, o que, a partir do que se mostra no presente, tende a distender e enfraquecer ainda mais o já semi-paralizado grupo de instituições em Bruxelas. Na prática, o abandono do aprofundamento federativo só pode levar a uma estratificação de nações, já que a hierarquia de estados-membros existente se torna uma pirâmide aberta sem uma convenção, com um anexo semicolonial ao Leste: a Bósnia obviamente. No topo do próprio sistema, deixado em descendência, os limites da coerência são colocados por assincronias recorrentes no círculo político dos países líderes assim como, hoje, os governos de centro-esquerda mandam em Berlin e Londres, centro-direita em Paris, Roma e Madri. Em tais condições, as políticas externas da Comunidade tendem a se tornar pouco mais do que uma busca pelo denominador comum mais alto de vapor ideológico.²³ Qualquer que seja a lógica da construção pan-européia no longo prazo, hoje, a UE não está em condições de se desviar ou ameaçar qualquer iniciativa maior dos Estados Unidos.

Segue-se que não há mais nenhuma “fórmula orgânica” da hegemonia neoliberal atravessando o todo do mundo capitalista avançado.²⁴ A conquista republicana da Casa Branca em 2000 não refletiu nenhuma mudança maior da opinião pública nos Estados Unidos, mas, essencialmente, o *faux frais* da conduta de Clinton para a causa democrata. No poder, a nova administração explorou, habilmente superinterpretada, seu arrendamento para dar uma volta rápida na retórica, e até certo ponto da prática, de seu antecessor. Na Europa, a centro-direita obteve vitórias convincentes na Itália, Dinamarca, Holanda e Portugal, enquanto a centro-esquerda

²³ Isto é também, claro, uma função da provincialização das culturas européias nos anos recentes. É chocante quão pouco pensamento geopolítico sério de qualquer tipo é produzido na Europa agora. Estamos muito longe dos dias de Schmitt ou Aron. Virtualmente, todo pensamento deste tipo agora vem dos Estados Unidos, onde as exigências do império construíram um campo intelectual impositivo nos últimos vinte anos. A última obra de presciência real a aparecer no outro lado do Atlântico foi, provavelmente, o *Les Empires contre l'Europe* de Régis Debray, o qual apareceu em 1985.

²⁴ Para uma discussão dessa noção veja: Anderson (2001, p. 5-22).

manteve-se na Suécia e, sem dúvida, logo ganhará novamente a Áustria. Mas na França e na Alemanha, os dois países centrais da União, os resultados eleitorais opostos que mantiveram Chirac e Schroeder no poder foram igualmente adventícios: um salvo pela sorte da dispersão do voto, o outro pelas águas de um ato de deus. Nem a centro-direita na França nem a centro-esquerda na Alemanha têm muita conexão com a população. Neste cenário tão leve, políticas, freqüentemente, são o inverso dos rótulos. Hoje, o SPD se arvora no corpete de ferro do Pacto de Estabilidade enquanto Berlusconi e Chirac pleiteiam por um afrouxamento keynesiano.

Em outras palavras, como pode ser deduzido do momento contingente vindo dos próprios Estados Unidos, não tem ocorrido nem uma extensão da vida da Terceira Via nem uma mudança geral da maré em direção a uma versão mais dura do neoliberalismo no estilo que tomou lugar com Thatcher e Reagan. Nós voltamos às circunstâncias quadriculadas dos anos setenta, nas quais não havia nenhum padrão claro de alinhamentos políticos domésticos na OECD. Nessas condições, podemos esperar que o baixo nível do volume de disputa e recriminação dentro do bloco atlântico suba. A distância entre as lâminas de consentimento e força dentro do sistema da hegemonia americana que se tornou possível com o fim da Guerra Fria está se tornando mais real.

10

Seu sintoma imediato, claro, é o surgimento de protesto entre a *intelligentsia* atlântica, poderosa no lado da UE, substancial nos EUA, contra a embaraçosa Guerra no Iraque. No momento em que escrevo continuam a se seguir, na mídia, uma torrente de preocupações de que os Estados Unidos esqueceram sua melhor identidade, invocações das Nações Unidas, elogios aos valores europeus, temores de danos aos interesses ocidentais no mundo árabe, esperanças no general Powell, cumprimentos ao Chanceler Schroeder. As guerras do Golfo, dos Balcãs e do Afeganistão nos dão a compreender, foram uma coisa. Essas foram expedições que comandaram o apoio enfático desse estrato — seu aplauso sóbrio acompanhado, claro, pelas gotas de observações críticas que denotam qualquer intelectual que se respeita, mas um ataque americano ao Iraque é outra coisa, as mesmas vozes explicam, já que ele não tem a mesma solidariedade da comunidade internacional e requer uma doutrina inconcebível de prevenção. Ao que a administração republicana não tem nenhuma dificuldade em responder com as palavras firmes de Sade: “*Encore un effort, citoyens*”. A intervenção militar para prevenir o risco da limpeza étnica em Kosovo violou a soberania nacional e desobedeceu a carta da ONU quando a OTAN assim decidiu. Então por que não a intervenção militar para prevenir o risco de armas de destruição em massa no Iraque, com ou sem a aquiescência da ONU? O princípio é exatamente

o mesmo: o direito, a obrigação mesmo, dos Estados civilizados de eliminar as piores formas de barbárie dentro de quaisquer fronteiras nacionais onde elas ocorram para fazer do mundo um lugar mais seguro e pacífico.

A lógica é sem resposta e, na prática, o resultado será o mesmo. A Casa Branca não parece ser passível de ser enganada sobre sua força por quaisquer concessões do regime Ba'ath em Bagdá. Um congresso democrata poderia, até agora, criar mais dificuldades para ela e, a qualquer momento, uma queda brusca em Wall Street continua a ser um risco para a administração, mas a probabilidade continua a ser a guerra; e com a guerra, a certeza é uma ocupação do Iraque, para o aplauso da comunidade internacional, incluindo a esmagadora maioria dos comentaristas e intelectuais que agora chacoalham suas mãos contra o “unilateralismo” de Bush. Repórteres do *New Yorker* e do *Le Monde*, da *Vanity Fair* e da *New York Review of Books*, do *Guardian* e do *La Repubblica*, descerão numa Bagdá liberta e, naturalmente, com um realismo alto e todas as qualificações necessárias, saudarão a tímida aurora da democracia árabe, assim como, antes, a dos Balcãs e a afegã. Com a redescoberta que, depois de tudo, a única revolução é americana, o poder e a literatura podem cair uns nos braços do outro novamente. A tempestade na xícara de chá atlântica não durará muito.

A reconciliação é ainda mais previsível já que a mudança corrente de ênfase do que é “cooperativamente aliado” do que é “distintivamente americano” dentro da ideologia imperial é, por sua natureza, tendente a ter vida curta. A “Guerra ao Terrorismo” é um passo temporário na estrada real que leva aos “direitos humanos e à liberdade” mundo afora. Produtos de uma emergência, seus objetivos negativos não são substitutos para os ideais permanentes e positivos que uma hegemonia exige. Funcionalmente, assim que o peso relativo da força aumenta dentro da síntese americana e o consentimento declina a importância de uma versão “mais leve” de seu conjunto de justificativas aumentará, precisamente para mascarar o desequilíbrio que a versão “dura” ameaça acentuar. Num futuro não muito distante, as viúvas de Clinton encontrarão consolo. Qualquer que seja o resultado no Oriente Médio, o estalar da economia dos Estados Unidos, onde, de qualquer forma, se assentam as fundações últimas da hegemonia americana, não promete à administração republicana um longo controle.

11

É necessário dizer que a guerra, se ela vier a ocorrer, deveria ser combatida? O tecido de crueldades e hipocrisias que justificaram o bloqueio ao Iraque durante uma década, ao custo de centenas de milhares de vidas não requer nenhuma exposição mais aprofundada nestas páginas.²⁵ As armas de destruição em massa do regime Ba'ath são frágeis comparadas com as pilhas acumuladas por Israel e vistas de relance pela “comunidade internacio-

²⁵ Para uma discussão completa desses pontos veja o editorial de Tariq Ali, ‘Throttling Iraq’ (2001, p. 5-6).

nal”; sua ocupação do Kuwait foi uma decorrência do registro do Banco Ocidental; o assassinato de seus próprios cidadãos ultrapassou em muito o da ditadura na Indonésia saudada em Washington ou Bonn até o último dos seus dias. Não são as atrocidades de Saddam Hussein que atraíram a hostilidade de sucessivas administrações americanas e de seus vários colegas europeus, mas sua ameaça potencial a posições imperiais no Golfo e, mais claramente, à estabilidade colonial na Palestina. A invasão e a ocupação são um resultado lógico do estrangulamento do país desde a operação Tempestade no Deserto. As disputas nas capitais ocidentais sobre proceder a conclusões definitivas ou manter a asfixia até o fim são diferenças de tática e de tempo, não de humanidade ou princípio.

As administrações republicanas e democratas nos Estados Unidos não são as mesmas no mesmo nível que os governos de centro-direita e centro-esquerda na Europa. É sempre necessário registrar as diferenças entre elas, mas estas raramente são distribuídas num contínuo moral de bem ou mal decrescentes. Os contrastes estão sempre mais próximos da mistura. Assim é hoje. Não há por que lamentar que a administração Bush desmentiu a charada infeliz da Corte Criminal Internacional ou colocou de lado as folhas de parreira murchas do Protocolo de Kyoto, mas há toda razão para resistir à sua erosão das liberdades civis nos Estados Unidos. A doutrina da ação preventiva é uma ameaça para qualquer Estado que venha a cruzar o caminho do Estado hegemônico ou seus aliados, mas não é melhor quando proclamada em nome dos direitos humanos ao invés da não proliferação de armas. O que é molho para o ganso dos Bálcãs é molho para o ganso da Mesopotâmia. Os protestantes que fingem o contrário merecem menos respeito do que aqueles a quem eles imploram para não agirem segundo premissas comuns. A arrogância da “comunidade internacional” e seus direitos de intervenção pelo globo não é uma série de eventos arbitrários ou episódios desconexos. Eles compõem um sistema que precisa ser combatido com uma coerência não inferior à sua própria.

Referências

- ALI, T. Throttling Iraq. **New Left Review**, London, v.5, 2001.
- ANDERSON, P. The antinomies of Antonio Gramsci. **New Left Review**, London, v.1,n.100, p.41, 1976/1977.
- _____. Testing formula two. **New Left Review**, London, n.8,p.5-22, 2001.
- BOBBIT, P. **The shield of Achilles: war, peace, and the course of history**. New York: Alfred Knopf, 2002.
- BRAECKMAN, C. New York and Kigali. **New Left Review**, London, v.9, p.145-7, 2001.
- CHANDLER, D. International justice. **New Left Review**, London, v.6, p.55-60, 2000.

- DEBRAY, R. **Les empires contre l'Europe**. Paris: Gallimard, 1985.
- GOWAN, P. Neoliberal cosmopolitanism. **New Left Review**, London, v.11, p.84, 2001.
- _____. A calculus of power. **New Left Review**, London, n.16, 2002.
- GRAHL, J. Globalized finance. **New Left Review**, London, v.8, p.28-30, 2001.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del carcere**. Torino: Einaudi, 1975. v.3, p. 1638.
- HEGEL, G.W.F. The ends of history. In: ANDERSON, P. **A zone of engagement**. London: Verso, 1992.p.292.
- HIRSH, M. Bush and the world. **Foreign Affairs**, sept-oct, p.18-43, 2002.
- KAGAN, R. Multilateralism, American style. **Washington Post**, 14 sept. 2002.
- KAUTSKY, K. Ultra-imperialism. **New Left Review**, London, v.1, n.59, p.41-6, 1970.
- KOJÈVE, A. In: ANDERSON, P. **A zone of engagement**. London: Verso, 1992.p.315-9.
- LERNANN, N. The next world order. **New Yorker**, p.42-8, 1 apr. 2002.
- MEAD, W. R. **Special providence**. New York: [S.n.], 2001.
- WOODWARD, B. We will rally the world. **Washington Post**, 28 jan. 2002.

— ** —

RESUMO: O texto de Perry Anderson, originalmente publicado na *New Left Review*, analisa a política da administração George W. Bush e explora as mudanças da estratégia global norte-americana. Anderson retrança a história da hegemonia dos EUA desde a Segunda Guerra Mundial com ênfase para seus percalços recentes como o 11 de setembro de 2001. O historiador marxista enfatiza as relações entre a União Europeia e os Estados Unidos no cenário internacional contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria política; estratégia política; Estados Unidos; guerra e paz; Iraque.

ABSTRACT: The text by Perry Anderson, originally published in the *New Left Review*, analyses the Bush political administration and show how it changed the US global strategy. Anderson retraces the history of the US hegemony since the Second World War, emphasizing their most recent disturbing incident, the September 11th. The Marxist historian finally points out the relations between the European Union and the US in the international contemporary setting.

KEYWORDS: Political theory; Political strategy; United States; War and Peace; Iraq.